

# **Condicionantes sociais e políticos nos processos de produção de conhecimento. O caso da Índia portuguesa do século**

## **XVIII.**

**Fabiano Bracht<sup>1</sup>**

CAPES/UP-FLUP/CITCEM

### **Delimitação e objetivos.**

O objetivo geral deste capítulo é oferecer uma pequena contribuição para o estudo da História das ciências – especialmente da medicina e filosofia natural – no âmbito do Império Português no século XVIII. Procurarei cumprir esta demanda a partir de dois eixos principais. Primeiro, estabelecer um panorama historiográfico que possa servir de apoio à construção de critérios de seleção documental. Em seguida, através da apresentação desses critérios, elencar exemplos de fontes documentais adequadas a estes parâmetros. Ambos os objetivos serão permeados pela discussão acerca da influência de determinadas dimensões de poder no contexto a ser estudado.

A partir deste objetivo, considerando-se as proporções descomunais de um império que se estendeu por quatro continentes, surge a necessidade do estabelecimento de um delimitador geográfico para este objeto de análise. Desta forma, configura-se o objetivo específico deste capítulo: examinar alguns aspectos das relações de poder e aspectos político-sociais inerentes ao contexto da produção de conhecimento, nomeadamente nos campos da Medicina e Filosofia Natural, no espaço geográfico do Império Oriental no século XVIII. A porção asiática do império, cujo centro político e administrativo, e principal foco deste texto, era Goa, na costa ocidental do subcontinente indiano. Esta opção configura-se como adequada, principalmente, por três fatores. Primeiro, ao longo dos últimos anos, no que se refere ao estudo da História das Ciências no império português do século XVIII, a atenção dos historiadores esteve, maioritariamente, voltada aos aspectos referentes ao reino e sua grande colônia americana, o Brasil. Embora existam diversos trabalhos relativos, principalmente à

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolsista do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES. Investigador colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» - CITCEM.

História da Medicina no império oriental, ainda assim sua concentração é maior em relação aos recortes temporais focalizados nos séculos XVI e XVII. São, portanto, consideravelmente mais escassos no que se refere ao século XVIII. Em segundo lugar, embora igualmente importante, porquê verifica-se a existência de um importante volume de fontes documentais, ainda pouco exploradas, nas quais os historiadores podem vir a buscar respostas para algumas das questões que vem sendo recentemente formuladas, principalmente no campo da História das Ciências. Por último, considerando-se o elevado grau de conexão existente entre as diversas partes componentes do império, a compreensão de certos fenômenos, mesmo que geograficamente localizados, pode também ser útil ao estudo das mesmas questões, ou suas análogas, relativas a outras partes do complexo imperial. Esta definição quanto ao recorte geográfico, e sua relação com o tema deste capítulo, no entanto, carece de maior precisão.

A partir do ponto de vista da história do império português, a denominação de Índias Orientais aplica-se a toda região a circundar o oceano Índico, na qual a circulação de grandes embarcações era influenciada pelo regime climático das monções. Nas Índias Orientais estava o Estado da Índia, que tinha Goa como seu centro nevrálgico, e cuja forma e extensão variou consideravelmente entre os séculos XVI e XVIII. No entanto, algumas definições gerais podem ser aplicadas, observando-se alguns limites, de forma quase que atemporal. Da forma como compreendiam os europeus, faziam parte das Índias Orientais a miríade de portos e Estados, de várias dimensões, do subcontinente Indiano, além dos reinos e sultanatos das ilhas do arquipélago Malaio<sup>2</sup>. Devemos considerar ainda outros entrepostos. Estes, em boa parte sob o controle de governantes ou mercadores árabes, estavam localizados entre o estreito de Ormuz e a costa Oriental da África<sup>3</sup>. Esta região era constituída por um grande número de comunidades mercantis. Seus portos, por vezes autônomos, por outras, governados por impérios distantes, fervilhavam com a atividade diária de comerciantes asiáticos, africanos e europeus. Alguns eram importantes centros produtores de alimentos, tecidos,

---

<sup>2</sup> BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. Introdução. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 1-18. 2010.

<sup>3</sup> PEARSON, Michael N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 93-114. 2010.

metalurgia, vidro, cavalos, especiarias ou produtos de luxo. Outros eram, em grande parte, empórios puros, ou seja, entrepostos comerciais que, de maneira geral não beneficiavam nem produziam a maior parte dos bens que comercializam<sup>4</sup>. Neste ponto, a definição de Luís Filipe Thomaz a respeito do que seria o Estado da Índia é, de fato, ilustrativa:

“O Estado da Índia designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes, e nos territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão”<sup>5</sup>.

Algumas destas regiões eram densamente povoadas e repletas de grandes mercados, com intensa circulação de pessoas oriundas de muitos lugares diferentes. Via de regra essas populações não sofreram grandes impactos pela introdução das doenças vindas da Europa. O contraste é grande em comparação com a situação análoga das populações do Novo Mundo<sup>6,7</sup>. As dificuldades para o estabelecimento de comunidades europeias no subcontinente indiano e suas adjacências encontram expressão exemplar na afirmação de Felipe Fernández-Armesto de que, durante o século XVI e a maior parte do XVII, os europeus apenas tangiam a pele do continente asiático, isto é, permaneceram em grande medida confinados a posições litorâneas, sem grande penetração para o interior<sup>8</sup>. É certo que o transplante de seu modo de vida para os trópicos representou um constante desafio<sup>9</sup>. No que se refere às dificuldades impostas ao estabelecimento e desenvolvimento das colônias, as condições relativas ao clima tropical e às enfermidades que lhe são próprias pouco alteraram-se na passagem do século XVII para o XVIII. Ao contrário, durante todo o período entre os anos de 1700 e 1800, na Ásia, tanto quanto na América e África, os participantes dos processos colonizatórios e as autoridades imperiais, tiveram que lidar com números expressivos de baixas, entre colonos, soldados, marinheiros, funcionários e escravos. Em um artigo recente, Timothy D. Walker apontou que os percentuais de baixas, devido a fatores que

---

<sup>4</sup> PEARSON, op. Cit.

<sup>5</sup> THOMAZ, Luís .F. Reis. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 207

<sup>6</sup> DIAMOND, op. cit.

<sup>7</sup> CROSBY, op. cit.

<sup>8</sup> FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. A Expansão Portuguesa num Contexto Global. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 491-524. 2010.

<sup>9</sup> CROSBY, op. cit.

envolvem também as doenças tropicais eram, nas décadas imediatamente anteriores a 1800, ainda consideravelmente altos<sup>10</sup>.

Do ponto de vista econômico, a questão era sem dúvida crucial, principalmente se levarmos em conta que a mortalidade entre os escravos esteve, por essas e outras causas ao longo do século XVIII, sempre em níveis bastante elevados<sup>11</sup>. Dentro deste panorama, cresceu, em relação às necessidades do Império, a urgência por utilizar, de forma mais adequada, os recursos disponíveis em suas diversas partes componentes. Medidas foram tomadas pela coroa, justamente neste sentido. Um dado pode vir a corroborar esta ideia. A partir de 1777, o Conselho Ultramarino passou a comissionar médicos e filósofos naturais, em diversas partes do Império, para catalogar e investigar a respeito das potencialidades medicinais de plantas e outros itens<sup>12,13</sup>. Ao mesmo tempo, sob incentivo oficial, os contingentes de médicos, enfermeiros e boticários, naturais das colônias, especialmente no caso de Goa, aumentaram significativamente. Seguindo a mesma tendência que pode ser observada em relação a administração pública, postos militares e até mesmo às ordens religiosas, ao longo do século XVIII filhos de famílias goesas católicas ocuparam diversas posições nas instituições de atendimento aos doentes e produção de medicamentos<sup>14</sup>. De fato, ao final do século XVIII, até mesmo o cargo de fisco-mor do Estado da Índia, invariavelmente um privilégio reinol desde o século XVI, era ocupado por Ignácio Caetano Afonso, um brâmane, que jamais havia estudado em uma instituição europeia<sup>15</sup>. Neste contexto foram produzidos diversos trabalhos, muitos dos quais nunca chegaram a ser publicados, mas que constituem recursos importantes para a compreensão do objeto de estudo proposto neste capítulo. Dentro do contexto imperial, as complexas relações de

---

<sup>10</sup> WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). *Social History of Medicine*. n. 26; v. 3; maio de 2013; p. 1 – 29.

<sup>11</sup> WALKER, op. cit. 2013.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> WALKER, Timothy D. Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; and SHEEHAN, Kevin (Ed.). (2008). *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500-1800)*. p. 247-270.

<sup>14</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 41-43. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>15</sup> WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

poder intrínsecas aos processos de produção do conhecimento podem ser conhecidas através deles. Para cumprir este objetivo, ao menos três questões, relativas a estas fontes documentais e seus produtores devem ser respondidas. A que fatores e contextos históricos respondem os textos médicos, farmacopeias e trabalhos de Filosofia Natural produzidas no Império português? Qual o perfil dos autores que produziram esses textos? E, finalmente, quais as particularidades dos percursos intelectuais de seus autores; porque escreveram; para quem escreveram; que condições, de vida e trabalho a que estiveram submetidos?

### **Panorama historiográfico.**

Antes, no entanto, é fundamental o traçado de um breve panorama historiográfico. Procurarei fazê-lo da forma mais sintética possível, admitindo, no entanto, a impossibilidade de incluir aqui a totalidade dos trabalhos já publicados.

Se há a pretensão de se compreender as questões pertinentes à medicina e filosofia natural na Goa setecentista, dada sua complexidade conjuntural, a opção mais coerente é aquela que direciona para a construção de um quadro teórico de amplo espectro

Em termos históricos, as questões relacionadas à História da medicina no Império Português, em qualquer de suas partes componentes, não podem ser dissociadas de seu contexto mais amplo, ou seja, o próprio Império e seu processo de construção. As características deste processo acabaram por imprimir outras tantas, cuja compreensão é importante. Há aqui uma forte conexão com a história do estabelecimento do domínio português sobre as diferentes áreas que vieram a compor o Império.

Ao longo das últimas décadas, diferentes níveis de análise vêm convergindo a uma mesma direção. Na historiografia sobre os impérios coloniais, tem havido cada vez mais espaço para questionamentos relativos ao papel das populações locais dentro de seus processos de construção. Também tornou-se mais e mais relevante a discussão quanto à importância dos circuitos extra oficiais e redes auto organizadas no estabelecimento de pontes de ligação entre as suas diversas partes componentes – sejam elas culturais ou geográficas – e o resultado da circulação de bens – materiais ou

culturais – através dessas estruturas. No entanto, há ainda uma questão fundamental a ser resolvida. Devemos nos perguntar como podem ser articulados estes diversos níveis de abordagem em relação a uma História das ciências no Império Português. Da resposta a esta pergunta poderemos extrair um amplo quadro de referenciais teóricos.

Dentre os muitos estudiosos da História do Império Colonial Português, destaque especial precisa ser conferido a Charles Ralph Boxer<sup>16</sup>, principalmente – embora não apenas – em relação a dois aspectos. Primeiro, porque Boxer foi capaz de demonstrar, de forma convincente, que as dificuldades enfrentadas durante o processo de expansão e estabelecimento do Império português foram derivadas, em grande parte, de problemas logísticos. Isso se deveu, principalmente, às limitações do Estado português em termos de recursos humanos e materiais, frente a grande extensão espacial do Império.

No que se refere à História da filosofia natural e medicina, estes aspectos tiveram de fato grande influência. Primeiro, porque a grande extensão espacial também significou uma grande variedade climática e ambiental. Também, em relação de proporção direta, grande variedade de doenças. Tais dificuldades logísticas também incluíam um grande desafio ao transporte e circulação de remédios, assim como de pessoas habilitadas a ministrá-los.

Em segundo lugar, mas não menos importante, Boxer colaborou para que houvessem discussões mais aprofundadas a respeito de algumas questões centrais relativas ao estabelecimento e consolidação do domínio português sobre os territórios coloniais. Dentre elas, talvez as de maior impacto sobre diversos campos das Ciências Humanas no universo de língua portuguesa foram, justamente, as que envolveram, no contexto imperial, as relações raciais<sup>17</sup> e as ideias em torno de uma eventual, maior capacidade adaptativa – em relação a outros europeus – dos portugueses aos trópicos. Para uma História da Medicina, essas são definitivamente questões centrais.

Desde meados dos anos trinta do século XX, grande parte das publicações em torno desta temática pagou, de formas variadas, pesados tributos a diversos conceitos formulados por Gilberto Freyre<sup>18</sup>, genericamente reunidos sob a denominação de luso-

---

<sup>16</sup> BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

<sup>17</sup> BOXER, C. R. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

<sup>18</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

tropicalismo<sup>19,20</sup>. A grosso modo pode-se dizer que esta perspectiva foi inaugurada em 1933 com a primeira edição de *Casa Grande e Senzala* e paulatinamente desenvolvida durante os vinte anos subsequentes. Influenciado por diferentes vertentes dentre os muitos referenciais teóricos então vigentes, o luso-tropicalismo serviu de base à interpretação segundo a qual os portugueses, no que se refere ao estabelecimento de um império colonial, eram possuidores de uma espécie de plasticidade de matiz étnico-racial. Ou seja, eram dotados de uma especial habilidade de se adaptarem aos trópicos, ativada não necessariamente por interesses econômicos ou políticos, mas sim por uma suposta empatia, inata e criadora<sup>21</sup>. Segundo algumas ideias de Gilberto Freyre, esta adaptabilidade resultou em uma grande vocação para a miscigenação e na consequente criação, nas diversas partes que compunham o império, de relações sociais permeadas de certa dose de harmonia, no que tange a algumas das muitas dimensões das relações raciais.

Em seu livro *Race relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*<sup>22</sup>, publicado em 1963, Boxer pôs em causa a ideia das relações raciais harmônicas, demonstrando de forma convincente a assimetria existente entre o *status* social dos diferentes grupos raciais dentro das estruturas sociais do império<sup>23</sup>. Tratando-se, por exemplo, de uma História da Medicina, estas são questões muito importantes. Uma vez que as dificuldades relativas aos cuidados com a saúde nas colônias, e os intensos intercâmbios culturais advindos dos encontros ocorridos durante o processo de estabelecimento do império impuseram aos colonizadores a necessidade de recorrer aos saberes médicos locais em larga escala, como veremos, as questões raciais devem ocupar um lugar central na metodologia de análise aqui proposta.

A ideia da harmonia das relações raciais, na versão de Freyre, personificada pela miscigenação, foi inicialmente incômoda para o regime do Estado Novo português

---

<sup>19</sup> Para essa discussão, ver a introdução à edição de 2011 do livro de Charles Ralph Boxer, escrita por Diogo Ramada Curto. CURTO, Diogo Ramada. Uma história do Império marítimo português? (Intro.) in: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415 – 1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

<sup>20</sup> CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

<sup>21</sup> CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

<sup>22</sup> BOXER, C. R. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

<sup>23</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 253-273, julho-dezembro de 2013.

(1926 – 1974). Do outro lado do Atlântico porém, outro Estado Novo, o brasileiro, a despeito de certas semelhanças ideológicas para com seu homônimo, tirou proveito, à sua própria maneira, da ideia da “democracia racial” tropical<sup>24</sup>. Este quadro permaneceu razoavelmente inalterado após o fim do Estado Novo brasileiro, até meados da década de 1980, quando do final de outro período ditatorial (1964 – 1985). Do lado português, à medida que se recrudesçam os combates, durante as guerras de independência das colônias, algumas das ideias componentes do luso-tropicalismo passaram ser vistas pelo regime de Lisboa como adequadamente convenientes. Logo, não fizeram falta os acadêmicos de diversas áreas, prontos a referendar as origens históricas das boas relações raciais no império. Assim, mesmo que a obra do conservador Boxer, tenha causado algum desconforto ao regime de Salazar, uma revisão mais ampla da historiografia sobre os temas da expansão e do império teria que esperar mais alguns anos, até a definitiva consolidação da democracia em Portugal e no Brasil, ao longo dos anos de 1980.

No contexto que se seguiu, o foco de alguns dos historiadores ligados ao tema deslocou-se, sensivelmente, da ideia da exaltação aos feitos nacionais, em direção a análises mais detalhadas, uma narrativa Histórica ao rés-do-chão, à procura de uma compreensão mais ampla dos universos multifacetados que foram compostos pelas relações econômicas e sociais do império. Neste contexto merecem destaque obras como a coletânea de textos, cuidadosamente concatenados, organizada por Francisco Bethencouth e Diogo Ramada Curto, *A expansão Marítima Portuguesa – 1480 - 1800*<sup>25</sup>. Tratando de temas variados, desde cultura, ciência náutica e economia, o fio condutor que permeia todos os capítulos funciona como uma advertência. O historiador deve procurar evitar o que os próprios organizadores denominaram, na introdução à obra, como um *eurocentrismo glorificante*, cuidando-se de mensurar segundo este princípio, – em relação aos contributos de outros povos e nações – o papel destes no processo de consolidação do império. São exemplares, nesse contexto, os capítulos de Stuart B. Schwartz<sup>26</sup> e Felipe Fernández - Armesto<sup>27</sup>, justamente por chamarem a atenção à

---

<sup>24</sup> CASTELO Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

<sup>25</sup>BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 1-18. 2010.

<sup>26</sup> SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 21-52. 2010.

perspectiva de que, longe de ser um bloco monolítico, o império português desenvolveu-se como a soma de suas partes, em amplo contato com o mundo que o circundava. O conjunto dessas obras fornece um quadro aberto de interpretações e lança luz a problemáticas variadas, e são um bom auxílio ao entendimento deste processo. O mesmo tipo de inflexão pode ser observada na trajetória da obra de Michael N. Pearson<sup>28,29,30,31</sup>. Desde meados da década de 1970, ele contribuiu para que o império, especialmente sua parte oriental, passasse a ser visto como um conjunto dinâmico de localidades e comunidades, mercantis ou não, cada qual extremamente viva, dotada de grande potencial transformador. Esta mesma complexidade foi captada, quase à perfeição, por Francisco Bethencourt<sup>32</sup>, em um consagrado estudo sobre as características organizacionais do Estado da Índia. Na mesma direção, com mais ênfase ao papel atribuído às populações locais, Sanjay Subhramanyan<sup>33</sup>, desvendou alguns aspectos históricos das relações sociais que se desenvolveram no contexto Sul do continente asiático, dando margem a diversas e novas interpretações, principalmente aquelas relacionadas ao potencial auto organizador das comunidades locais. Este potencial, de grande capacidade transformadora, deve ser uma questão central no que se refere ao estudo de uma História das Ciências, em qualquer que seja o contexto colonial observado.

A respeito da Goa colonial em setecentos, a tese de doutoramento de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, defendida em 1993 na Universidade Nova de Lisboa, publicada em forma de livro três anos mais tarde, parece fornecer um bom ponto de

---

<sup>27</sup> FERNÁNDEZ – ARMESTO, Felipe. A expansão portuguesa num contexto Global. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, p. 491-524 - 2010.

<sup>28</sup> PEARSON, Michael N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (Org). *Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa. Edições 70, p. 93-114. 2010.

<sup>29</sup> PEARSON, M.N. *Merchants and rulers in Gujarat: the response to the Portuguese in the sixteenth century*, Berkeley: University of California Press, 1976.

<sup>30</sup> PEARSON, Michael N. *Port cities and intruders : the Swahili Coast, India, and Portugal in the early modern era*, Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1998.

<sup>31</sup> PEARSON, Michael N. *The world of the Indian Ocean, 1500-1800: studies in economic, social, and cultural history*. Burlington, VT : Ashgate, 2005.

<sup>32</sup> BETHENCOURT, Francisco. O estado da Índia. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa, Vol. III - O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, p. 250-269.

<sup>33</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: DIFEL Editora, 1996.

partida. Em *Goa setecentista: tradição e modernidade 1750-1800*<sup>34</sup>, Lopes procurou compreender o ambiente sócio cultural daquela parte da Índia portuguesa, apresentando uma discussão pormenorizada da forma como se relacionavam os diversos setores da sociedade Goesa, inclusive as relações entre europeus e indianos. Este último aspecto, o das relações raciais na Goa setecentista, demanda, definitivamente, um cuidado especial. O corpus documental selecionado para esse estudo contém diversos indicativos de que essas questões fazem-se fundamentais ao estudo de uma história que envolva a circulação de informação e conhecimento na Índia portuguesa. Sobre esta temática, autores já citados anteriormente, como C. R. Boxer e S. Subrahmanyam trabalharam de forma vertical, no entanto, o tema é complexo e possui transversalidade em praticamente todos os aspectos históricos ligados ao Império asiático. Isso vai de encontro, mais uma vez, a um trabalho de Lopes, desta vez em coautoria com Paulo Lopes Matos intitulado *Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida*<sup>35</sup>. Este texto faz parte da coleção *Nova História da Expansão Portuguesa*. Trata-se de um capítulo inserido na primeira parte do quinto volume dessa série, *O Império Oriental, tomo 2*<sup>36</sup>. A primeira metade deste livro, que abriga dois capítulos sob o título geral de *Goa: a simbiose luso-asiática*, aborda o tema da configuração organizacional da Goa portuguesa em sua relação específica com os contextos raciais, nas suas dimensões políticas, sociais, culturais e religiosas. Desta forma, o segundo capítulo desta mesma obra, também de Lopes, e que aborda a questão da vida religiosa, apresenta uma discussão relevante a respeito de um tema fundamental, o da assistência e beneficência<sup>37</sup>, considerando a estreita relação das diversas ordens religiosas estabelecidas em Goa com a prática e o ensino da medicina e das ciências. Igualmente importante é a análise contida no capítulo três da mesma obra, também de autoria de Lopes, e que aborda aspectos relativos à ação das ordens religiosas. Em *Ensino e*

---

<sup>34</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Goa setecentista: tradição e modernidade 1750-1800*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1996.

<sup>35</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. *Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida*. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>36</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>37</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Vida Religiosa: princípios comportamentos e prática*. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 71-132. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

*Cultura*<sup>38</sup>, a autora procurou compreender a articulação dos processos educacionais, em grande medida, embora não de forma exclusiva, nas mãos dos Padres da Companhia de Jesus. Este é um ponto fundamental em relação à percepção dos aspectos relativos à circulação e produção do conhecimento na Índia portuguesa. Assim como é importante uma percepção sobre os universos descritos no parágrafo anterior, a compreensão de um quadro mais amplo a respeito dos processos políticos, administrativos e econômicos, principalmente no que tange à questão do funcionamento das instituições, é também relevante. O volume anterior desta mesma coleção *O Império Oriental, tomo 1*<sup>39</sup> contém quase todo o substrato necessário.

Quanto ao universo médico, relativo à Goa do século XVIII, existem dois artigos que procuraram tratar o tema a partir de uma reunião de dados preliminares, mas indispensáveis para a compreensão do quadro como um todo. O primeiro, *Medicine in Goa, a former Portuguese territory*<sup>40</sup> de S. K. Sandya foi concebido na forma de uma cronologia, do século XVI ao XIX, na qual estão reunidas informações básicas a respeito do tema. Outro texto, de Cristiana Bastos, *Medicine, Colonial Order and Local Action in Goa*<sup>41</sup>, tem seu foco no ensino da medicina, e na prática médica nos hospitais, assim como a relação de ambos com as políticas oficiais do Estado. Ambos constituem a base preliminar a partir da qual pode-se verticalizar a abordagem sobre o tema.

Voltados para o universo específico da produção, circulação e utilização de medicamentos e do conhecimento médico em Goa durante o século XVIII, estão alguns dos trabalhos de Timothy Walker, que investigou tanto os aspectos comerciais dos medicamentos, sua importância como *commodities* dentro do complexo imperial, quanto aspectos epistemológicos relativos ao uso de mezinhas asiáticas dentro do corpus da medicina portuguesa no oriente<sup>42,43,44,45,46,47</sup>.

---

<sup>38</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>39</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. IV, tomo 1).

<sup>40</sup> Pandya S K. *Medicine in Goa a former Portuguese territory*. *Journal of Postgrad Med* [serial online] 1982 [cited 2014 Jan 25];28:123.

Available from: <http://www.jpgmonline.com/text.asp?1982/28/3/123/5573>

<sup>41</sup> BASTOS, Cristiana. *Medicine, Colonial Order and Local Action in Goa*. In: DIGBY, Anne; WALTRAUD, Ernst; MUHKARJI, Projit B. (Ed.). *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and Indigenous Medicines in Transnational Perspective*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

<sup>42</sup> WALKER, Timothy. *A commodities price guide and merchant's handbook to the ports of Asia: Portuguese trade information – gathering and marketing strategies in the Estado da India (circa 1750 –*

## **Porque o lugar importa: A produção de médico e filosófico-natural na Índia portuguesa no século XVIII.**

Há ainda outro percurso de análise que, devido à natureza da investigação aqui proposta, precisa ser cuidadosamente incorporado. O conhecimento médico e filosófico-natural produzido na Índia portuguesa no século XVIII, pode ser definido como resultado de diversas combinações de características culturais, práticas cotidianas, relações de troca entre diferentes campos de saberes e de circulação, adaptação e/ou transformação de conhecimento científico. Uma vez que, na Era Moderna, não deve-se considerar uma total separação entre a medicina, química, farmácia e filosofia natural, todos estes campos do conhecimento tem que ser tratados como parte do todo a ser investigado.

Para que haja sentido em formular uma investigação com base na ideia de que há algum tipo de distinção entre o conhecimento científico produzido na Índia portuguesa em relação àquele produzido em qualquer outro espaço, deve-se então partir da premissa fundamental de que o *lugar* onde este foi produzido constitui uma variável fundamental à equação que se pretende resolver.

Embora esta observação pareça querer saltar aos olhos, como se fosse em si própria, condição *sine qua non* para o entendimento de qualquer aspecto relativo à

---

1800). In: BORGES, Charles J.; PEARSON, M.N. *Metahistory: History questioning History*. Lisboa. Nova Vega, 2007, p. 569 – 579.

<sup>43</sup> WALKER, Timothy. *Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830*. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

<sup>44</sup> WALKER, Timothy D. Acquisition and Circulation of Medical Knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; and SHEEHAN, Kevin (Ed.). (2008). *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500-1800)*. p. 247-270.

<sup>45</sup> WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

<sup>46</sup> WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

<sup>47</sup> WALKER, Timothy D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800). *Social History of Medicine*. n, 26; v, 3; maio de 2013; p. 1 – 29.

História de uma antiga colônia europeia, em tratando-se de História das Ciências, ela precisa ser justificada.

Os historiadores positivistas, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tendiam a considerar que o conhecimento científico, ou ainda a ciência e seus princípios como um todo, possuíam características que faziam com que estes fossem, categoricamente, universais. Entendidas como baseadas em princípios de formalização matemática e verificação experimental, as verdades expressas através suas formulações poderiam ou ainda, deveriam, ser aceitas de forma ampla e irrestrita por qualquer ser dotado de padrões mínimos de racionalidade<sup>48</sup>. A ideia de que os princípios do conhecimento científico pudessem ser universalmente adotados pelos seres humanos, como ferramentas explicativas que viriam a substituir outras pré-existentes está, por exemplo, explícita na obra de Émile Durkheim<sup>49</sup> (1858 – 1917), naquilo que David N. Livingstone chamou de *crença na imunidade sociológica das ciências naturais*<sup>50</sup>. De maneira geral, partindo-se da ideia da universalidade do conhecimento científico, as modificações resultantes de sua circulação por ambientes fora da Europa ocidental foram, em geral, classificadas como sendo produtoras de um tipo menos válido e preciso do mesmo conhecimento, uma versão válida apenas localmente, uma cópia imperfeita do universal original<sup>51</sup>. No entanto, uma lenta transformação vem se processando entre os estudiosos do tema, pelo menos desde meados da década de 1950. Segundo demonstrou Kapil Raj, apenas alguns poucos historiadores, dentre os que contribuíram para a delimitação das narrativas clássicas em História das Ciências, dedicaram atenção à variável resultante da inserção do fator *localidade*, para a construção do conhecimento científico na era moderna<sup>52</sup>. Em uma série de trabalhos recentemente publicados, Raj<sup>53,54</sup> chamou a atenção para alguns aspectos do percurso

---

<sup>48</sup> RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

<sup>49</sup> DURKHEIM, Émile, and Anthony Giddens. Selected Writings. Cambridge: University Press, 1972.

<sup>50</sup> No original: “Émile Durkheim’s classical insistence on the sociological immunity of natural science” - LIVINGSTONE, D. (2003). Putting science in its place geographies of scientific knowledge. Chicago: University of Chicago Press.

<sup>51</sup> RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

<sup>52</sup> LIVINGSTONE, D. (2003). Putting science in its place geographies of scientific knowledge. Chicago: University of Chicago Press.

<sup>53</sup> RAJ, Kapil. (2013). Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 337-347.

<sup>54</sup> RAJ, Kapil. *Relocating modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650 – 1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

pelo qual passou a historiografia das ciências ao longo da segunda metade do século XX e quanto à crescente importância conferida, por historiadores de variadas tendências, às questões relativas à localidade, produção compartilhada e circulação do conhecimento científico. Em seus trabalhos, Raj demonstrou, de maneira convincente, que em termos de uma melhor compreensão dos processos históricos que envolveram a produção de conhecimento científico dentro dos complexos imperiais da Era Moderna, é razoável que um historiador considere pensar em termos de *circulação* do conhecimento científico ao invés da ideia da sua simples *difusão* a partir de um ponto de origem. Por consequência, isso implica uma reavaliação do papel dos agentes locais, assim como de seus vários níveis de atuação. No que tange ao objeto central da análise aqui proposta, qualquer compreensão do papel de tais agentes passa, obrigatoriamente, pelo entendimento de como estes se relacionaram com uma complexa rede de estruturas burocráticas, administrativas, religiosas, raciais e econômicas, ou seja, com as muitas dimensões e esferas de poder ativas e transversais aos universos coloniais. Para que esta compreensão seja atingida de forma satisfatória, uma caracterização mais precisa dos perfis dos produtores de conhecimento faz-se, igualmente necessária.

### **Crítérios para a seleção documental.**

O universo dos documentos produzidos no império português, relacionados às questões médicas, filosófico-naturais ou científicas é virtualmente inesgotável. No entanto, para os propósitos desse capítulo, apenas uma pequena fração deste conjunto é realmente adequada. A maior parte da documentação sobre o tema é constituída de correspondência burocrática, regulatória e administrativa. Embora importante, essa documentação raramente informa a respeito de questões relativas à natureza científica ou filosófica da produção intelectual das partes componentes do Império. No que se refere, especificamente à Índia portuguesa, grande parte da documentação dessa natureza encontra-se, ou entre os documentos remetidos da Índia no *Livro das Monções*, ou então em meio aos *documentos da Junta da Real Fazenda da Índia*. Existe ainda grande quantidade de documentação avulsa, pertencente à mesma tipologia, nos fundos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino e da Torre do Tombo.

O núcleo central da documentação a ser analisada compõe-se de um grupo específico e tipologicamente coeso de fontes documentais. Sendo o objetivo central deste texto a caracterização tipológica dos indivíduos produtores de conhecimento médico e filosófico-natural no contexto da Índia portuguesa e suas adjacências durante o século XVIII, as principais peças de análise devem, obrigatoriamente, ser obras desse tipo. Ainda, se as perguntas a serem respondidas referem-se, substancialmente, às relações de poder que podem ser inferidas através do perfil dos agentes produtores deste conhecimento, as respostas devem então ser procuradas em textos que contenham, entre outras, as seguintes características. Primeiro, devem fazer parte de contextos de produção compartilhada de conhecimento, principalmente de cunho médico, farmacêutico ou filosófico-natural, entre agentes pertencentes à grande variedade sociocultural do império. Também devem ter sido produzidos na Índia portuguesa ou outro ponto do Império oriental, ou então devem fazer parte do contexto de atividades intelectuais que de alguma forma tenham envolvido esses mesmos locais em suas redes de circulação de pessoas, ideias e informações. A adoção desses critérios funciona como uma eficiente cláusula restritiva, ao limitar consideravelmente a extensão do universo documental adequado. Ainda assim, a quantidade de material disponível extrapola em muito as capacidades de análise deste capítulo, a qual fixa-se, por motivos estruturais e cronológicos, em apenas algumas de suas muitas dimensões.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, como previamente demonstrado, o volume e variedade de obras escritas e publicadas, e que poderiam enquadrar-se nos critérios acima relacionados, foi razoavelmente grande. De autores como Tomé de Pires e Garcia da Orta, passando por Cristóvão da Costa e Manuel Godinho de Erédia, há grande volume de material, que tem sido alvo de constante investigação por historiadores, sociólogos e filósofos da ciência. No entanto, o mesmo não pode ser observado para o século XVIII. Em meio a essas condicionantes, um pequeno grupo de fontes documentais pode ser selecionado, para que seja uma amostra representativa do todo a ser analisado.

A representatividade das obras que se seguirão pode ser demonstrada a partir de uma breve revisão contextual, de parâmetros que foram apresentados anteriormente, na discussão bibliográfica. Nela, foram apresentados alguns dos aspectos relevantes para a

compreensão de diversos temas relativos à história do Império português na Ásia. De forma simplificada, estes podem ser distribuídos entre quatro tópicos:

- A grande extensão do território frente à relativa carência de recursos materiais e humanos e a necessidade de utilização de saberes e agentes locais.
- Papel das ordens religiosas, especialmente, mas não apenas, da Companhia de Jesus, no ensino e prática das ciências, principalmente a filosofia natural e a medicina.
- Políticas de Estado implementadas ao longo do século XVIII para a inclusão de agentes locais nas redes de produção de conhecimento acerca das potencialidades naturais do império.
- A transversalidade das questões raciais.

Estes quatro tópicos constituem parâmetros de seleção, mas também de tipificação das fontes documentais, para o período e espaços geográficos analisados nesse capítulo. Em termos de caracterização dos agentes produtores, o primeiro caso selecionado é então, representativo, por conter os elementos de pelo menos dois deles.

### **Ignácio Caetano Afonso: a medicina tradicional indiana no Hospital Real de Goa.**

Encontra-se no Arquivo Histórico de Goa (HAG), foi escrita pelo então Físico-Mor do Estado da Índia, e contém cerca de cinquenta páginas de precisas descrições de plantas medicinais das Índia Portuguesa. Ignácio Caetano Afonso, o Físico-Mor, era Goês, brâmane e médico praticante da Medicina tradicional indiana<sup>55</sup>. Seu legado, vinte páginas em forma de correspondência<sup>56</sup> intituladas *Discripçoens e Virtudes das Raizes Medicinaes*, foi endereçado àquele que era, na época, o secretário de Estado do reino, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, um entusiasta das ciências. O pequeno tratado de Ignácio Afonso foi escrito a pedido do conselho ultramarino em 1794, e contém preciosas informações a respeito do uso, em Goa, dentro de uma instituição portuguesa, de medicamentos e práticas de várias origens, mas

---

<sup>55</sup> WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions os Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

<sup>56</sup> HAG MR 175 - Ignácio Caetano Afonso, *Discripçoens e Virtudes das Raizes Medicinaes* (1794)

principalmente os locais<sup>57</sup>. A medicina era uma das profissões mais comuns aos Brâmanes católicos de Goa. Caetano Afonso provavelmente não era o único Goês a trabalhar no Hospital Real. Em parte devido às dificuldades em se atender as necessidades, no que tange não apenas à presença de médicos, mas também à disponibilidade de remédios que fossem eficientes no tratamento das doenças próprias das Índias Orientais, um grande número de médicos, boticários, cirurgiões, herboristas e filósofos naturais acrescentaram, a partir da medicina indiana, importantes contribuições ao desenvolvimento dos conhecimentos sobre plantas, animais e doenças. Isso se deu basicamente de duas formas. A primeira, e mais frequente, foi através dos muitos médicos, herboristas e boticários indianos que prestaram serviços aos hospitais e autoridades portuguesas<sup>58</sup>. A informação foi largamente absorvida através da observação da prática diária destes curadores. A segunda, menos frequente mas igualmente importante, era o estabelecimento de diálogo e permuta de informações, entre os agentes europeus e os médicos indianos. Muitos dos médicos ou boticários portugueses foram capazes de estabelecer extensas redes de contatos, das quais recebiam, eventualmente mediante pagamento, informações sobre as propriedades curativas das diversas drogas locais<sup>59</sup>. Pode-se supor que tais redes não se constituíram sem exigir uma considerável dose de energia, diálogo negociação e esforço de ambas as partes. No que se refere aos europeus, os que conseguiram estabelecê-las puderam adentrar a um universo extremamente restrito, para o qual a permissão deve ter custado algo considerável em termos de permuta de serviços, favores ou mesmo pagamentos em dinheiro. Em um caderno de anotações contendo mais de cem páginas com diversas receitas médicas utilizadas no Hospital Real por volta de 1696, há a informação de que em Goa, por aquela época, haviam cerca de oitenta médicos indianos. Estes, segundo o autor, não eram naturalmente propensos a compartilhar suas receitas e conhecimentos<sup>60</sup>. Talvez o proprietário do caderno, João dos Reis, sobre quem pouco se sabe, fosse alguém com dificuldades em estabelecer sua própria rede de acesso aos medicamentos e

---

<sup>57</sup> WALKER, Timothy. Evidence of the use of Ayurvedic medicine in the medical institutions of Portuguese India, 1680-1830. In: SALEMA, A. (ed.). *Ayurveda: at the crossroads of care and cure*. Lisboa. Centro de História de Além Mar. 2002, p. 74-104.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> PEARSON, Michael, N. First Contacts between India and European Medical Systems: Goa in the sixteenth century. In: ARNOLD, David (ed.). *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500 – 1900*. Amsterdam. Editions Rodopi B. V. 1996, p. 20 – 41.

<sup>60</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, sessão de reservados. CÓD. 2102, *CADERNO DE VÁRIAS RECEITAS MEDICINAIS ORIENTAIS*. 1696. 54 fls.

receitas indianas. Mas ao contrário deste, sabe-se que muitos foram habilidosamente capazes. Portanto, a partir desses elementos, pode-se assumir que Ignacio Caetano Afonso, e sua pequena obra, sejam representativos em relação ao universo total dos agentes produtores de conhecimento no contexto analisado. Sua contribuição foi produzida no contexto do apoio estatal à inserção das populações locais ao serviço da Coroa, também fazendo parte do conjunto dos interesses do Estado pelas potencialidades naturais de seus territórios coloniais. Como nativo de Goa, e praticante da medicina em um ambiente hospitalar, esteve envolvido no conflito pendular entre a cooperação mútua e a desconfiança, em grande parte motivado por questões de cunho racial, e finalmente, foi provavelmente educado, com razoável qualidade, em dois universos distintos, o brâmane, e o católico. Este último, evidência da inserção e do papel das ordens religiosas em todo o processo da produção de conhecimento no Estado da Índia em particular, e do Imperio como um todo.

### **O papel fundamental das ordens religiosas: do manuscrito de Roma à *Flora Cochinchinensis*.**

Os jesuítas estiveram estreitamente ligados à produção de medicamentos e à circulação do saber existente sobre eles, de forma que possuíam, neste campo, uma espécie de monopólio informal<sup>61</sup>. Não é de todo surpreendente, portanto, que tenha saído de dentro das boticas da companhia a segunda fonte importante para o estudo da produção e circulação de conhecimento médico na Índia Portuguesa do século XVIII. O livro a que me refiro encontra-se nos arquivos da Companhia de Jesus (ARSI), em Roma. Trata-se de um enorme manuscrito, *Coleção de Varias Receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macao, e do Brazil compostas, e experimentadas pelos Melhores Medicos, e Boticarios mais célebres que tem havido nessas partes. Aumentada com alguns índices, e notícias curiosas e necessárias para a boa direção, e acerto contra as enfermidades*<sup>62</sup> Anônimo, de 1766. Apesar de ter sido esta obra compilada em Roma, o material que lhe serviu de

---

<sup>61</sup> WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese *Estado da Índia*.” In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. New Delhi. Primus Press, 2011, p. 141-170.

<sup>62</sup> ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu, Opp. NN 17

base foi escrito nos locais de origem das receitas, entre elas, o Colégio de São Paulo, em Goa<sup>63</sup>. A produção e administração de medicamentos era uma grande fonte de poder, prestígio e dividendos. Após a expulsão da companhia, em 1749/50, muito do que fora seu património foi apropriado por outras ordens, sendo causa de grande preocupação por parte de seus membros. No *Prólogo ao Leitor* o autor do manuscrito deixou a seguinte advertência.

“...não fiz esta collecção de Receitas particulares das nossas Boticas, senão para que não se perdessem tão bons segredos, e estes não andassem espalhados por todas as mãos; poso bem saber, que revelados eles, ainda que seja de uma Botica para outra, perdem toda a sua estimação: e que pelo contrario o mesmo he estar em segredo qualquer Receita experimentada, que fazerem della todos um grande apreço, e estima com fama, e lucro considerável da Botica a que pertence. Pelo que peçote, que sejas muito acautelado, e escrupuloso em não revelar alguns destes segredos; pois em consciencia se não pode fazer, advertindo que são couzas estas da Religião, e não tuas.”<sup>64</sup>

Ora, mas se os jesuítas podem ser caracterizados como agentes importantes ao processo aqui estudado, não se deve, ao mesmo tempo, mistificar sua ação como sendo composta, maioritariamente de conchavos e segredos. Parte importante dos padres da companhia estava ligada à produção de conhecimento fomentada pela ação do Estado, assim como com as instituições que surgiram, ao longo do século XVIII, para este fim, com o apoio da Coroa. Um caso exemplar é o do padre João de Loureiro, nascido em Lisboa, e que viveu por mais de quarenta anos na Ásia. Loureiro trabalhou em diversos campos das ciências, entre eles a medicina e a botânica, produzindo diversas obras. Embora seu trabalho mais importante seja a *Flora Cochinchinensis*<sup>65</sup>, cuja escrita foi finalizada em 1788<sup>66</sup>, para o argumento deste capítulo, é a própria relação deste autor com a Academia das Ciências de Lisboa, responsável pela publicação da obra em 1791, o

<sup>63</sup> MAIA, Patrícia Albano. *Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo: 2012.

<sup>64</sup> ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu, Opp. NN 17

<sup>65</sup> *Flora Cochinchinensis Sistens Plantas in Regno Cochinchina Nascentes. Quibus Accedunt Aliae Observatae in Sinensi Imperio, Africa Orientali Indiaeque Locis Variis Omnes Dispositae Secundum Sistema Sexuale Linneanum Labore, Ac Studio Johannes de Loureiro. // Regiae Scientiarum Academiae Ulyssiponensis Socii: Olim in Cochinchina Catholicae Fidei Praeconis: Ibique Rebus Mathematicis, Ac Physicis in Aula Praefecti. // Jussu Acad. R. Scient. in Lucem Edita. // Xylaloen, Myrrham, Piper ardens, Sacchara profert: Pluraque si Repetas, Officiosa Dabit. TOMUS I. // ULYSSIPONE / Typis et Expensis, Academicis / Anno M.D.CCXC. / Permissu Regii Concilii pro Examine, Censura Librorum.*

<sup>66</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia; Lisboa, Edições Zairol, 1ª atualização, 1981-1988, 10 volumes, 2ª atualização, 1998-1999

fator que revela a validade dos parâmetros de caracterização adotados nessa análise. Ao final de sua vida, Loureiro manteve estreita relação com a Academia. Esta, participando do movimento que, com o apoio de Estado, procurava investigar sobre as potencialidades das colônias para o desenvolvimento do Imperio, financiou a publicação póstuma de uma série de sete outras obras, que Loureiro havia escrito enquanto ainda se encontrava na Ásia<sup>67</sup>. Desta forma, é importante perceber que, enquanto o primeiro tipo, dentre os agentes aqui descritos, uma forte conexão com uma localidade específica era um de seus traços marcantes, dentre os jesuítas, a mobilidade, tanto dos indivíduos quanto de suas produções era uma de suas mais notórias características. No entanto, não apenas de conexões com os jesuítas viveu a relação dos poderes estatais e de instituições como a Academia das Ciências de Lisboa. Através destes canais, também houve a inserção de agentes locais, mas que não eram necessariamente pertencentes aos dois primeiros grupos exemplificados.

### **Os trabalhos de Francisco Luís de Meneses: um militar com talentos de Naturalista.**

Durante a segunda metade do século XVIII, houve um aumento considerável no número de indivíduos comissionados, quer pela Coroa, pela Universidade de Coimbra ou por outras instituições, para produzirem trabalhos de Filosofia Natural em diversos pontos do Império<sup>68</sup>. Parte dos indivíduos eram naturais das colônias, tendo sido educados nas instituições gerenciadas pelas ordens religiosas<sup>69</sup>. Em Goa, ao longo de quase trinta anos, um indivíduo pode ser destacado, e a partir de sua trajetória podem-se identificar algumas das características pertencentes à que foram anteriormente definidas.

Francisco Luís de Meneses nasceu em Goa, na freguesia de São Pedro de Panelim, em 1749, provavelmente em uma família de origem portuguesa, talvez com algum grau de mestiçagem, estabelecida na Índia há mais de três gerações<sup>70</sup>. Como

---

<sup>67</sup> História e Memórias da Academia. Lisboa Typografia da Academia das Ciências, 1798.

<sup>68</sup> BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no Século XVIII. Textos e Documentos*. Porto, Porto Editora, 2009

<sup>69</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>70</sup> PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744 - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 126, doc. 1893.

nasceu após a expulsão dos Jesuítas, é pouco provável que estes tenham participado diretamente de sua educação. Sabe-se também que, a partir da segunda metade do século XVIII, houve incentivo estatal, ainda que de forma errática, à criação de escolas públicas, incremento da capacidade das instituições particulares e do ensino das ciências em escolas, tanto laicas quanto regidas por clérigos regulares. Nesse caso, papel importante coube aos padres da Congregação do Oratório de Goa, que ensinavam meninos, de origem portuguesa ou indiana<sup>71</sup>. Quando tinha aproximadamente vinte e três anos, Francisco Luís passou a corresponder-se com Joseph Rolland van Deck, colaborador de Domingos Vandelli e da Universidade de Coimbra, na criação de uma coleção de objetos e estudos de História Natural. Durante alguns anos, enviou materiais e textos, alguns deles contendo estudos detalhados da natureza de Goa, além de algumas ilustrações<sup>72</sup>. Também foi por essa época que Francisco Luís ingressou ao serviço do Exército de Sua Majestade, chegando ao posto de Oficial de Campo, provavelmente beneficiado pela nova política, vigente desde o ministério do Marquês de Pombal, que abriu a possibilidade de naturais de Goa acederem a postos intermediários na cadeia de comando das forças Goesas<sup>73</sup>. Francisco Luís era um indivíduo ambicioso, e esforçava-se por galgar posições utilizando-se das ferramentas que lhe eram permitidas, como atesta, por exemplo seu pedido de ingresso como Familiar do Santo Ofício, feito em 1785<sup>74</sup>. Em 1793 foi alçado à patente de Capitão Tenente da Armada do Estado da Índia, mercê esta concedida pela Rainha. O interesse pela ciência produzida nas colônias era grande durante o reinado de D. Maria I (1777 – 1816), e Francisco Luís, pelo menos aparentemente, soube aproveitar isso em seu favor.

Os anos de correspondência com o gabinete de van Deck, e o posto que ocupava no exército, provavelmente o auxiliaram a estabelecer uma razoável rede de contatos, ao ponto que, em 1781, Francisco Luís foi nomeado sócio correspondente da recém criada Academia das Ciências de Lisboa (1779)<sup>75</sup>. Entre 1782 e 1792, correspondeu-se pelo

---

<sup>71</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e Cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 133-150. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>72</sup> AHMB – Rem. 382.

<sup>73</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>74</sup> PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744 - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 126, doc. 1893.

<sup>75</sup> ACL – Processos de habilitação dos sócios da academia.

menos treze vezes com a Academia, escrevendo a seus dirigentes, o Abade Correia da Serra, o Marquês de Barbacena e o Duque de Lafões entre eles, a tratar do andamento dos trabalhos a ele encomendados pela instituição, mas também a pedir, por diversas vezes, que tivessem em conta os humildes serviços por ele prestados, e viessem em seu auxílio na concessão de mercês, tenças e favores dos mais variados<sup>76</sup>. Este número de correspondências expressa constância e regularidade, é necessário lembrar que os navios partiam, de Goa para Lisboa, apenas uma vez ao ano, devido ao regime climático das monções. Durante mais de dez anos, embora estivesse sempre a se queixar da falta de condições adequadas e, principalmente, de recursos financeiros para executar seu trabalho, enviou à academia diversos caixotes com material de História Natural, além de vários trabalhos escritos, todos eles contendo ilustrações<sup>77</sup>. Um de seus trabalhos chegou a fazer parte do acervo da biblioteca do 1º Visconde de Pina Manique, sendo, entretanto, escassas as pistas sobre como este teria chegado até lá<sup>78</sup>. Francisco Luís soube bem como movimentar-se, dentro de seus limites, entre as diferentes instâncias de poder às quais estava submetido, delas tirando razoável proveito ao longo da vida. Foi provavelmente graças a essa capacidade que ele conseguiu ter acesso a algumas das mais avançadas obras científicas, no que concerne ao seu campo de atuação como naturalista. Também nesse sentido, foi capaz de ultrapassar algumas das barreiras impostas pelas condições específicas da conjuntura social do Império Oriental.

### **Aos enfermos do oriente, as curas indianas: A “Medicina Oriental” de Luís Caetano de Menezes.**

---

<sup>76</sup> ACL – Cód 1944 - correspondência da academia real das ciências de lisboa desde 1780 até 1790, e Cód 1945 - correspondência da academia real das ciências de lisboa desde 1790 até 1800.

<sup>77</sup> ACL – Cód 203 - MENESES, Francisco Luís de Descrisoens de istoria natural apresentadas à Academia Real das Siencias de Lisboa / [por] Francisco Luis de Menezes .- Goa, 1788 .- 3 fls. em branco inums. + 1 fl. de rosto inum. + 23 fls. de texto nums. a lápis, que incluem a tabuada e 4 estampas + 1 fl. em branco inum.; 4º [225 x 185 mm]; Cód 209 - MENESES, Francisco Luís de Historia Natural e Descrição do Terió, ou Bicho Vergonhozo / [por] Francisco Luis de Menezes .- Goa. [s.d.] .- 2 fls. em branco inums. + 1 fl. de rosto inum. + 13 fls. de texto nums. a lápis + 1 fl. em branco inum. + 5 estampas coloridas inums. + 2 fls. em branco inums.; 4º [217 x 170 mm]; Cód 981 - MENESES, Francisco Luís de 1 - Lista das produsoens da natureza para o Gabinete da Academia Real das Siencias de Lisboa pelo correspondente de Goa Francisco Luis de Menezes / [por] Francisco Luis de Menezes .- Goa, 29-02-1788 .- 1 fl. de texto + 1 fl. em branco; 2º [342 x 222 mm]. 2 - Remessa de hum caixote com letreiro á margem - Entregue ao S.or Antonio Joaquim dos Reis Commandante da nau S. Luis e S. Maria Madalena / [por] Francisco Luis de Menezes .- [Goa], 19-03- 1789 .- 1 fl. de texto + 1 fl. em branco; 4º [235 x 188 mm].

<sup>78</sup> BNP – COD 6377

Na segunda metade do século XVIII, era escassa a literatura existente sobre os assuntos da História Natural, da Índia portuguesa. Quando precisou encontrar referências que o auxiliassem na composição de seus trabalhos, Francisco Luís mais uma vez recorreu aos contatos pessoais, às redes informais de poder, para ter acesso às obras que julgou serem necessárias. A confirmação do recurso às redes de favores pessoais pode ser encontrada na introdução (advertência ao leitor) a uma memória escrita em 1786. Nela, Francisco Luís refere-se à dificuldade que teve em aceder a um certo livro, cuja importância ele justificou:

“Já havia tempo que eu tinha noticia destes manuscritos; e os não pude alcançar mais que modernamente por favor. Eles me derão conhecimento dos nomes próprios com que em Goa se denominão as plantas, ervas, arvores, animaes vegetaes e mineraes para as descriçoens que necessitava confirmar e pretendo escrever; e não seria fácil achar em Dicionarios, nem haver pessoa com inteligência que me pudesse dizer com individuação o que quereria saber, sem equívocos.”<sup>79</sup>

A obra em questão, de acesso restrito, enquadra-se em dois dos campos que foram estabelecidos para identificar e caracterizar tipologicamente os autores produtores de conhecimento científico no Império Oriental. Primeiro, era restrita porque circulava dentro dos canais de uma ordem religiosa, segundo, porque esta ordem religiosa estava, à época em que Francisco Luís escrevia, estreitamente relacionada a conflitos de poder e interesse que tinham como pano de fundo as profundas marcas sociais provocadas pelas contradições originárias das questões raciais. Sobre a obra, e seu autor, Francisco Luís escreveu, em 1786:

“O Medico Luis Caetano de Menezes natural de Goa e morador que fôi na ilha de Divar da Piedade, huma das suas adjacentes, com trabalho de muitos anos despeza e exames reiterados, formalizou e escreveu os seus Tratados em dois outros volumes que intitidou Medecina Oriental, Socorro Indico. Não tendo chegado a dar a ultima mão aos seus manuscritos por lhe ter talhado a morte; os recomendou a hum seu parente para os fazer imprimir”<sup>80</sup>

Na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, encontram-se guardados dois volumosos manuscritos, dois tomos de uma mesma obra. Não há, nem nos manuscritos, nem nas informações dos arquivos da Academia, qualquer referência a seu autor, ou período de produção. Não existe nenhuma assinatura, tampouco registro de propriedade

---

<sup>79</sup> BNP – COD 6377

<sup>80</sup> BNP – COD 6377

anterior à da própria Academia, à qual passou, provavelmente, ainda no século XVIII ou princípios do XIX, a julgar pela estampa do carimbo da tipografia da própria Academia. A volumosa obra intitulada *Medicina Oriental*, é composta de dois tomos. O primeiro, *Socorro Indico aos Clamores dos Pobres Enfermos do Oriente para a total profiligação de seus males*, compreende mais de mil e trezentas páginas de teoria médica, listagem e análise de medicamentos e receitas farmacêuticas<sup>81</sup>. Informa-se, em seu título, que foi *Adquirida de varios Professores da Medicina*, e é *Offerecida a S.ma Trindade único deos verdadeiro. Por hum natural de Goa*. O primeiro tomo é composto por sete livros, escritos na forma de *historologias* médicas, ou seja, um discussão que incluía aquilo que, no século XVIII, comungava a descrição de aspectos históricos aplicados à análise de predicados de dado objeto. O termo era de uso relativamente comum, principalmente para a indicação da natureza de tratados médicos e botânicos. Os tratados, na ordem em que aparecem no livro, versam acerca das *Plantas, Peixes, e Aves, dos Animaes Quadrupedes, e Reptantes, dos Metaes, Mineraes, e Pedras preciosas*. O segundo tomo é o complemento do primeiro. Sob o título, *Medicina oriental. Pharmacia indiana*, anuncia em seu título ser de fato uma compilação de mais de trezentas páginas, contendo *varias Compoziçoens Pharmaceutico-Indianas*. É, de fato, uma farmacopeia, com instruções para o preparo e fabrico de diversos medicamentos, segundo o autor, em suas composições *Chimicas e Galénicas*<sup>82</sup>.

Existem muitas evidências de que essas obras são as mesmas à qual se referiu Francisco Luís. Em seus trabalhos, este citou e transcreveu diversas passagens do livro com o qual teve contato em Goa, e que são exatamente iguais na obra anônima da Academia. Em seu prefácio, o autor ainda informa que pretendia escrever três livros, o que confirma a informação dada por Francisco Luís, de que ele teria morrido antes de completar seu trabalho. Portanto, não restam dúvidas, a obra em dois volumes que está na Academia das Ciências de Lisboa foi escrita por um Goês, identificado por um de seus contemporâneos como médico, chamado Luís Caetano de Meneses.

O período provável da produção da obra pode ser inferido a partir das indicações dadas pelo próprio autor, bem como pela informação de que este já estaria morto em 1786. Entre as pistas fornecidas pelo próprio Luís Caetano para a datação de seu trabalho, a mais evidente é derivada da lista de obras por ele citadas. São várias

---

<sup>81</sup> ACL – COD 22.

<sup>82</sup> ACL – COD 23.

farmacopeias do século XVIII, tais como a *Pharmacopeia Lusitana*, de Dom Caetano de Santo Antônio, publicada em 1704; *Âncora Medicinal, para conservar a vida com saúde*, de Francisco da Fonseca Henriques<sup>83</sup> publicada em Lisboa em 1721; *Historiologia medica, fundada, e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente século, e ajustada ao uso prático deste Paíz* de Joseph Rodrigues de Abreu, publicada em Lisboa em 1733; *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas, politicas, e naturaes, sagradas, e profanas: Descobertas em todas as idades, e estados do mundo até o presente. E extrahida de varios authores* de Frei João Pacheco, publicada em 1734; e por último a *Materia Medica*, de 1735, publicada em Londres por Jakob de Castro Sarmiento<sup>84,85</sup>. As edições aqui indicadas são as primeiras de cada obra, havendo, portanto, fortes indícios de que a *Medicina Oriental* foi produzida entre 1735, ano da publicação da *Materia Medica* de Jakob de Castro Sarmiento, e 1786, ano em que pode-se ter certeza de que Luís Caetano já não era mais vivo. Alguns indícios indiretos, no entanto, permitem inferir que talvez a produção da obra tivesse cessado alguns anos antes. Em um livro repleto de citações às mais importantes farmacopeias de seu tempo, é notória a falta de pelo menos duas delas, a *Pharmacopea Dogmática Médico-Chimica e Theorico-Prática* de 1772, escrita pelo frei-boticário e monge beneditino João de Jesus Maria e a *Pharmacopea Lisbonense*, de 1785, de Manuel Joaquim Henriques Paiva, médico formado pela Universidade de Coimbra<sup>86</sup>. Pode-se sugerir, portanto, que a composição da obra já tivesse cessado, por volta de 1772.

Identificados o autor, Luís Caetano de Meneses, Goês, natural da Ilha de Divar, freguesia da Piedade, e o período de produção da obra, entre 1735 e 1786 (1772?), resta agora, para os propósitos deste capítulo, saber quem ele foi. Isso é necessário, para saber-se se sua caracterização pode ser feita a partir dos parâmetros que foram

---

<sup>83</sup> Também é interessante referenciar que o próprio título da obra, *Medicina Oriental, Socorro Índico*, foi inspirada em uma obra de Francisco da Fonseca Henriques, publicada em 1710, intitulada *Medicina Lusitana, Socorro Delphico*. Entretanto, embora haja essa clara referência no título, o teor e a estrutura das duas obras é substancialmente diferente.

<sup>84</sup> PITA, João Rui Rocha. *História da Farmácia*. Coimbra: Ordem dos Farmacêuticos; Secção Regional de Coimbra; Minerva, 1998.

<sup>85</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2007.

DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2007.

anteriormente definidos. Mais uma vez, Francisco Luís de Meneses fornece indícios promissores. Ao relatar sobre a obra de Luís Caetano ele escreveu:

“A impressão dos referidos manuscritos foi dirigida de Goa pelo Padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório ao Padre João Faustino, da mesma congregação de Lisboa do Colegio das Necessidades; e se espera que brevemente se farão publicar.”<sup>87</sup>

O padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório de Goa, pode ter sido o parente a quem Luís Caetano havia confiado a impressão de sua obra. Embora hajam poucos indícios desse fato, essa conjectura contém alguma plausibilidade. A Congregação do Oratório de Goa, canal através do qual a obra teria chegado a Lisboa, tinha por principal característica, ser formada quase que exclusivamente por Goeses, de ascendência indiana, da casta Brâmane<sup>88,89,90</sup>. Estes, segundo Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Lopes Matos, dedicavam-se, além da vida religiosa, principalmente a atividades como o direito, a diplomacia e a medicina, sendo também, após a expulsão dos jesuítas, em 1749/50, os principais responsáveis pelo ensino e administração dos hospitais de Goa<sup>91</sup>. É altamente provável que Luís Caetano de Meneses fosse um desses brâmanes, sendo também plausível pensar que fosse um oratoriano. A evidência mais clara nesse sentido pode ser encontrada em uma carta, escrita em 1772, e remetida de Lisboa para Goa pelo oratoriano goês e brâmane Caetano Vitorino de Faria ao padre Pascoal Pinto, da mesma congregação.

“Os padres Neris me fizeram grande obsequio offerecendo-se para tudo que eu necessitasse, mas não houve precisão de cousa alguma. Creio firmemente que se erigirão nessa cidade e as províncias três Universidades, assim das lingoas latina, grega, franceza, e hebraica, como as ciencias, philosophia, theologia, théo canónico, para se doutorarem nellas, pelo que lhe offereço huma Arte Franceza do autor Lima. Seria de muita utilidade na conjunção

---

<sup>87</sup> BNP – COD 6377

<sup>88</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Vida Religiosa: princípios comportamentos e prática. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 71-132. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

<sup>89</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Estudo Introdutório*. In: REGO, Sebastião do. *Cronologia da Congregação do Oratório de Goa [1746]*. Lisboa: CHAM, 2009.

<sup>90</sup> PIEDADE, Carla Delgado de; TAVARES, C. C. S.. Oratorianos de Goa (verbete). In: José Eduardo Franco; José Augusto Mourão; Ana Cristina Costa Gomes. (Org.). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal. 1ed .Lisboa: Gradiva, 2010

<sup>91</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (Coord.). *O Império Oriental*. Lisboa. Editora Estampa, 2006, p. 15-70. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

presente remetter a obra dos senhores Luis Caetano de Lima, e Menezes, a imprimir, dirigidas ao dito Ilm.º, e offerecidas ao ministério, pois já lhe tenho informado nesta matéria.”<sup>92</sup>

O *ilustríssimo* ao qual Caetano Vitorino de Faria se referiu era o Mestre da Ordem dos oratorianos em Lisboa, padre João Faustino, também mencionado por Francisco Luís<sup>93</sup>. Além de fornecer um reforço à probabilidade de a *Medicina Oriental* já não estar mais sendo produzida em 1772, também indica que é consideravelmente provável que seu autor, Luís Caetano de Meneses fosse um padre oratoriano. João Faustino foi um dos membros fundadores da Academia das Ciências de Lisboa, o que pode explicar o porquê de a obra fazer parte de seu acervo.

Isso nos traz a um elemento importante para a caracterização desse autor. Se era mesmo indiano, brâmane e oratoriano, então, na segunda metade do século XVIII, ele certamente teve sua vida afetada, de alguma forma, pelos conflitos de origem política e racial, então em franco desenvolvimento. Em 1787, os oratorianos goeses em grande número, além de outros personagens, envolveram-se em uma conjuração contra diversas dimensões da autoridade metropolitana, principalmente a eclesiástica. A conjuração de 1787 foi um evento complexo, que envolveu luta política, religiosa e princípios de afirmação racial, principalmente por parte dos brâmanes goeses<sup>94</sup>. O padre Caetano Vitorino de Faria, e o padre Pedro Delgado, de alguma forma conectados a Luís Caetano, foram presos e julgados por traição<sup>95,96</sup>, como muitos outros oratorianos, quase todos naturais, assim como ele, da mesma localidade, a ilha de Divar. Luís Caetano de Meneses não se encontra na lista dos presos ou acusados de conspiração, provavelmente porque em 1787, já havia falecido há muito tempo.

O autor de *Medicina Oriental*, enquadra-se nos critérios aqui adotados por estar compreendido entre as dimensões referentes ao papel das ordens religiosas no ensino e prática das ciências, principalmente a filosofia natural e a medicina, à ação das políticas de Estado implementadas ao longo do século XVIII para a inclusão de agentes locais

---

<sup>92</sup> RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 e varias cousas desse tempo*. Goa: Nova Goa, 1875, p. 96.

<sup>93</sup> BNP – COD 6377

<sup>94</sup> PINTO, Celsa. *The Forgotten Martyrs*. Mumbai: Publishing House, 2013.

<sup>95</sup> PINTO, Celsa. *The Forgotten Martyrs*. Mumbai: Publishing House, 2013.

<sup>96</sup> <sup>96</sup> RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 e varias cousas desse tempo*. Goa: Nova Goa, 1875

nas redes de produção de conhecimento, e da influência e transversalidade das questões raciais.

### **Considerações finais.**

Desta forma, completa-se um quadro que pode vir a servir de referência para o estudo da produção de conhecimento científico no Império português ao longo do século XVIII. Assim como puderam ser selecionadas as fontes documentais descritas nesse capítulo, os mesmos padrões de caracterização podem ser aplicados a todo um universo de possíveis fontes correlatas. A existência das obras aqui citadas, e de muitas outras que podem ser selecionadas com a mesma definição tipológica quanto a seus autores, demonstra a validade de critérios de seleção que considerem, ao mesmo tempo a natureza espacial do Império, as políticas de Estado para o fomento da atividade intelectual, o papel das ordens religiosas e aspectos das conjunturas sociais geograficamente localizadas, principalmente aquelas relacionadas aos processos impulsionados pelas questões raciais. Desta forma, espero que esse texto possa auxiliar na delimitação de princípios de análise e seleção de fontes documentais em um universo que ainda tem muito a ser explorado.